



Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)

Vol. 05, n. 1, pp. 44-60, 2011

<http://www.revistaaber.org.br>

**MIGRAÇÃO DE RETORNO E MIGRAÇÃO PROGRESSIVA NO BRASIL: EVIDÊNCIAS
A PARTIR DO CRITÉRIO DE DATA FIXA DO CENSO DE 2000**

Liédje Bettizaide Oliveira de Siqueira

Doutora em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Professora do Departamento de Economia da UFPB – Campus de João Pessoa.
E-mail: liedje_s@yahoo.com

André Matos Magalhães

Ph.D em Economia pela Universidade de Illinois e Pesquisador do CNPq.
Professor do PIMES – UFPE
E-mail: magalhães@decon.ufpe.br

Raul da Mota Silveira Neto

Doutor em Economia pela USP e Pesquisador do CNPq.
Professor do PIMES – UFPE
E-mail: rau.silveira@uol.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo a analisar, para o caso brasileiro, a migração de retorno e a migração realizada em mais de uma etapa. O trabalho fez uso de um modelo microeconômico baseado em escolhas para identificar quais os indivíduos, de um grupo inicial de partida, apresentaram maiores chances de tornarem um migrante de retorno ou de realizarem um terceiro movimento. Os resultados indicam que os indivíduos com maiores escolaridades apresentam maiores chances de realizarem somente um único movimento de migração ou de serem migrantes progressivos no interregno avaliado. Observou-se ainda que pessoas com nível superior são mais propensas a escolherem um terceiro destino quando a outra opção analisada é voltar para o lugar de origem.

Palavras-chave: Migração de retorno; Migração progressiva; Perfil do migrante de retorno.

Classificação JEL: R2.

ABSTRACT: This study aims to examine, for the Brazilian case, the return migration and migrate in the more than one step. The work makes use of a microeconomic model based on choices for identifying which individuals a group of initial departure, had greater chances of becoming a migrant to return or make a third movement. Results point out that individuals with more education are propensity to make only one single movement of migration or to be onwards migrants in the considered period. It was also observed that people with higher degree of education tends to choose a third destination compared to the first option wich is return to the origin area.

Keywords: Return migration; Onward migration; Profile return migrate.

JEL Code: R2.

1. Introdução

Dentro da literatura sobre migração existe uma discussão não finalizada sobre a seletividade do migrante e o papel que este desempenha sobre a distribuição do capital humano entre as diferentes regiões de um determinado país (BORJAS e BRATSBERG, 1996; CHISWICK, 1999).

A migração sempre foi vista pelos teóricos da economia regional como um dos fatores de determinação da desigualdade de renda entre as regiões. Entende-se que o fosso entre uma região rica e uma região pobre pode aumentar se a primeira região retira da região pobre os seus melhores trabalhadores (MYRDAL, 1968; HIRSCHMAN, 1977; WILLIAMSON, 1977). Neste caso pode ter os melhores avaliados em suas características como idade e escolaridade ou nas suas características não diretamente observáveis como a habilidade, motivação, competitividade, entre outras (CHISWICK, 1999; SANTOS JUNIOR *et al.* 2005).

Um dos interesses primordiais, portanto, em estudar, a seleção dos migrantes é observar quais os efeitos da migração sobre o local de origem e sobre a região de destino. Sabe-se que, se a migração for seletiva em termos de capital humano, a economia, que está enviando este migrante, sofrerá com os efeitos deletérios desta saída. A tendência é que a população não-migrante de uma economia em declínio seja formada por pessoas mais velhas e menos educadas. Esta é uma das idéias defendidas por Myrdal (1968), dentro do princípio da causalção circular.

Este trabalho pretende-se contribuir a literatura sobre seletividade da migração ao buscar identificar de um grupo de pessoas que saiu de um determinado lugar, no mesmo período, quem apresentou as maiores chances de se tornar um migrante de retorno. Portanto, pretende-se verificar se os lugares escolhidos como destino estão conseguindo deter os melhores trabalhadores e reenviando aqueles menos aptos. A seletividade dos migrantes será avaliado de acordo com os seus atributos pessoais, principalmente no que diz respeito a idade e a educação.

Utilizar-se-á informações sobre a migração que ocorreu estritamente entre os anos de 1995 e 2000. A utilização do critério de data fixa¹ para determinar fluxos migratórios é adotada em estudos internacionais como forma de captar a migração e a remigração entre as unidades espaciais (NEWBOLD, 2001; NEWBOLD e BELL, 2001; KAUHANEN e TERVO, 2002). No Brasil, alguns trabalhos têm feito uso desta informação para tipificar os deslocamentos populacionais realizados no curto prazo (RIGOTTI, 2000, BRITO *et al.*, 2002, BRITO e CARVALHO, 2006).

Para o presente estudo a vantagem de se trabalhar com migração de curto prazo é saber, do grupo de pessoas que saíram de uma determinada unidade espacial em um mesmo período (saída a partir de 1995), quantas realizaram o movimento de volta. A proporção de retornados sobre os emigrantes de um período (emigrantes de data fixa mais retornados) funciona como uma verdadeira medida de probabilidade de retorno. Esta, de certa forma, mede a capacidade do estado em atrair de volta os seus emigrantes, uma vez que existia a possibilidade destes seguirem para outros destinos (BRITO *et al.*, 2002).

O objetivo da pesquisa, portanto, é detectar como os atributos pessoais podem influenciar nas escolhas de migração de um determinado grupo. Portanto, dentro do interregno (1995-2000) são avaliados aqueles indivíduos que tiveram a opção de se instalarem no destino, seguirem para um terceiro destino ou volverem para os seus lugares de origem.

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em cinco seções. Na próxima seção é apresentado um breve resumo dos trabalhos empíricos que tratam da questão da migração e remigração em diversos países, incluindo o Brasil. Esta discussão é importante para situar o presente trabalho dentro dessa literatura. Na seção 3 apresenta dados sobre migração realizada entre os anos de 1995 e 2000 para os estados e a identificação de quais deles tem conseguido trazer de volta os seus emigrantes. Na seção 4 faz-se menção das principais diferenças encontradas, no que diz respeito, aos atributos pessoais do grupo de migrantes de retorno com o grupo de migrantes e não-migrantes. O modelo *Logit Multinomial* utilizado no estudo permite fazer a associação entre as características

¹ O critério de migração da data fixa é possível pela pergunta contida no Censo sobre onde a pessoa residia exatamente a cinco anos atrás da data de realização do Censo (31 de Julho de 1995).

peçoais e a probabilidade de o indivíduo se encontrar em um dos três grupos citados. O trabalho se encerra na seção 5, com as conclusões gerais.

2. Breve Revisão da Literatura

Diversos estudos internacionais têm dado ênfase a essa questão da remigração ou da migração progressiva, na qual o indivíduo faz mais de um movimento ao longo da sua vida. A decisão de migrar, segundo Davanzo (1983), não deve ser considerada como irreversível, a pessoa pode decidir migrar mais de uma vez ou, ainda, volver ao seu lugar de partida, como forma de corrigir erros de avaliação na decisão inicial. Para o autor, somente na hipótese de previsão perfeita e informação completa é que as chances de uma remigração seriam nulas, visto que o indivíduo saberia perfeitamente os ganhos líquidos da migração.

Vanderkamp (1971) enfatizou a importância de distinguir os fluxos da migração em três categorias: novos migrantes, migrantes de retorno e migrantes autônomos. Para este autor, os migrantes de retorno desempenham um papel importante dentro do fluxo da migração e a existência deste grupo impede que se faça uso apenas de diferenciais de renda como fator explicativo do movimento migratório, dado que fatores não-econômicos influenciam o retorno.

Kauhanen e Tervo (2002) discutiram a migração na direção contrária do esperado, de regiões ricas para as regiões pobres. Eles mostraram, em estudo realizado para Finlândia, que a tendência é haver uma concentração do capital humano nas regiões prósperas, enquanto as regiões atrasadas tendem a receber as pessoas menos educadas e mais velhas. Também se observou que o nível educacional dos migrantes de retorno foi, em geral, mais baixo do que os migrantes não-retornados, embora se mostrasse mais elevado do que o nível dos não-migrantes.

Dustmann e Kirchkamp (2002) estudaram o fenômeno por uma ótica pouco explorada dentro da literatura. Especificamente, eles abordaram a remigração levando em consideração o tempo ótimo de duração da migração, tempo necessário para que o indivíduo acumule capital humano e riqueza de forma a usufruir, na volta ao lugar de origem, os ganhos obtidos com esta sua estada fora. Estes autores observaram, através de dados empíricos para Turquia, que o tempo de duração da migração depende da atividade escolhida no período pós-retorno. Pessoas mais educadas tendem a exercer alguma atividade quando voltam à sua região, principalmente, nas atividades empresariais. Isto pode ser um indício de que a decisão de migrar foi bem sucedida e fazia parte de um planejamento ótimo de residência ao longo da vida. Além desta observação, o estudo concluiu que um aumento nos salários na região de destino diminui o tempo de duração da migração, isto porque propicia que o acúmulo de riqueza se dê de forma mais rápida.

Em um estudo realizado para a Alemanha, Dustmann (2003) reforçou a evidência encontrada para Turquia de que o aumento das diferenças salariais entre os países de destino e origem, em função do crescimento dos salários no local de destino, diminui o tempo de permanência dos migrantes neste último lugar. Apesar de o resultado ser contra-intuitivo, o autor justificou, com argumentos bastante válidos, que o aumento dos salários no local de destino, embora aumente o valor marginal do tempo de permanência no país, também age no sentido de uma diminuição marginal da utilidade da riqueza. A emigração dos migrantes é induzida pelo efeito-renda, que possibilita a volta mais rápida para a região de naturalidade.

Newbold (2001) estudou a migração de retorno com base em dois tipos de referência. Em uma delas, o autor considerou o retorno para o local de nascimento e, na outra, o regresso ao local de residência anterior. O autor chegou à conclusão que tomar como referência o lugar de residência anterior se mostrava mais apropriado em estudos de migração de retorno, na medida em que o local onde a pessoa residiu por muito tempo, representava melhor às ligações afetivas com este, por exemplo, onde o indivíduo estudou e cresceu; a moradia de familiares e amigos. O lugar de nascimento pode não ser o local onde o indivíduo estabeleceu moradia ao longo da sua vida. Outro ponto interessante do estudo foi a verificação da probabilidade de o migrante torna-se um remigrado ou de migrar mais de uma vez, em função dos seus atributos pessoais e das características das regiões de origem deste migrante e do destino escolhido. Observou-se que os migrantes, que tenderam a

realizar mais de um movimento, são, em média, pessoas com maior nível de instrução formal e qualificadas, quando comparados aos migrantes de retorno. Quanto às regiões, aquelas que apresentaram maiores taxas de crescimento são, geralmente, as que retiveram maiores números de indivíduos e as que mais atraem de volta os seus naturais.

Zhao (2001) fez uma análise similar à de Newbold (2001), ao utilizar um modelo de probabilidade para explicar a migração de retorno na China. Este constatou que o perfil do remigrado tende a ser de indivíduo mais velho, com maior escolaridade e casado com esposa que nunca migrou, apresentou, ainda, menor probabilidade de trabalhar na agricultura do que o não-migrante.

Borjas e Bratsberg (1996), em um trabalho pioneiro, realizado para os E.U.A, trataram da questão da seletividade dentro do grupo de migrantes de retorno. Para estes autores, se o grupo inicial for positivamente selecionado, o regresso pode ser realizado pelos indivíduos menos qualificados, dentro do grupo de melhores, com isto as regiões de destino retêm os melhores. Entretanto, se o grupo de partida for negativamente selecionado, o retorno pode ser realizado pelos trabalhadores mais qualificados.

No Brasil, estudos revelam que a remigração passou a ser um fenômeno importante desde a década de 80, com um aumento considerável do fluxo de retorno nas décadas mais recentes (RIBEIRO *et al.*, 1996; BAENINGER, 2000). Este último autor demonstra, através de dados censitários, que a migração de retorno nos anos 70 representava 11% da migração no Brasil, já, entre 1980-1991, este número tinha crescido para 24,5%. Destaca, ainda, que o volume de migração de retornados anuais do Nordeste nos anos 80 representava o dobro do observado na década de 70.

Outros trabalhos foram realizados com a intenção de caracterizar o fluxo migratório de remigrados no Brasil. Queiroz (2003) realizou um estudo do perfil socioeconômico do migrante retornado ao Ceará. Confrontando o migrante de retorno com o migrante não-retornado, observou que o migrante de retorno possui menor escolaridade e ganha menos do que o migrante não-natural, embora apresente uma taxa de ocupação superior a estes. Fato explicado pela existência de redes sociais, como amigos e familiares, que facilitam a inserção do retornado ao mercado de trabalho local. Além disso, a autora atribuiu o aumento do fluxo de regresso ao Ceará à crise econômica vivenciada na região metropolitana de São Paulo e ao bom desempenho da economia cearense no período de 1980-2000.

Garcia e Ribeiro (2004) trataram da migração de retorno a Minas Gerais com a intenção de analisar o impacto demográfico deste tipo de migração. Neste caso, os autores averiguaram os efeitos diretos e indiretos da migração de volta, ou seja, o crescimento da imigração realizada para região por pessoas que são naturais e daqueles que são não-naturais, mas estão acompanhando um retornado. Eles observaram que, durante o decênio, 68% das migrações para a região foram realizadas por retornados e por seus acompanhantes.

Lyra (2005) realizou um estudo sobre a remigração ao agreste pernambucano. Neste trabalho, a autora discute a importância das redes sociais na migração e remigração para a região do Agreste de Pernambuco. É levantada a possibilidade de os indivíduos regressarem ao agreste pernambucano, mas continuarem se relacionando com o estado de São Paulo, através da realização de atividades ligadas ao comércio.

Amaral e Nogueira (1992) também avaliaram a volta dos migrantes ao estado de Pernambuco. Estas autoras basearam suas pesquisas em entrevistas realizadas com pessoas que estavam regressando, abordadas em locais de paradas de ônibus interestaduais. Apesar da restrição dos dados, as autoras apontaram questões interessantes sobre as causas do retorno. A primeira conclusão que as autoras chegaram é que o regresso não estava, naquele momento, relacionado com o melhor desempenho da economia local, visto que o estado de Pernambuco sofria das mesmas condições de estagnação vista no resto do país. A volta poderia ser, então, atribuída à existência de laços familiares, que é sempre um apoio em tempos difíceis; ou, ainda, atribuída ao fato de não existir plenamente um retorno e sim a figura do “migrante circular” que freqüentemente realizam o ato de “ir e “vir” de um local para o outro, dependendo das oportunidades surgidas.

Brito *et al.* (2002) fizeram a análise da migração de curto prazo entre as regiões metropolitanas. O interessante neste trabalho é a exposição de uma metodologia capaz de classificar

o migrante nas seguintes categorias: migrante retornado pleno, migrante de passagem e migrante de etapa única. Para obter estas classificações, os autores cruzaram informações sobre o tempo de moradia na UF, residência anterior e a residência declarada numa data fixa.

O presente estudo pretende, portanto, lançar luz nessa discussão no contexto da migração de retorno ao Brasil, sob o prisma do indivíduo e dos seus atributos pessoais que os tornam mais propensos a serem remigrados.

3. Evidências Empíricas para os estados

Na Tabela 1, verifica-se que cerca de 6,3 milhões de pessoas realizaram algum movimento migratório interestadual no período de 1995-2000. Observa-se ainda que a maioria dos migrantes fez um movimento de uma única etapa da migração, ou seja, saíram de um determinado lugar em 1995 e seguiram diretamente para UF declarada em 2000. O número de migrantes de uma única etapa foi de 4,3 milhões de pessoas, cerca de 68% da migração realizada no período.

Aproximadamente 1,17 milhões são considerados migrantes de retorno isto significa que estes saíram de um determinado estado e retornaram a ele dentro do período analisado. Um menor número é verificado para a migração progressiva, somente 839,5 mil indivíduos realizaram a migração em três etapas, ou seja, saíram de uma determinada UF em 1995, foram para uma segunda UF e depois se instalaram na UF informada no Censo em 2000.

TABELA 1 - Distribuição da migração de curto prazo: migrante de única etapa, remigrado e migrante progressivo

	Migrantes	Porcentagem
Migrante de única etapa	4.356.578	68,43
Remigrado	1.170.128	18,38
Migrante progressivo	839.515	13,19
Total	6.366.221	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

A partir da Tabela 1, sabe-se, portanto, que, do total de migrantes do período, 18% realizaram o movimento de retorno e 13% seguiram para um terceiro destino. Os dois movimentos de saída podem ser um indicativo de que a migração inicial não tenha sido bem sucedida. Existe, portanto, uma maior preferência, por parte dos migrantes que não permaneceram no destino, de realizarem o movimento de volta à sua residência anterior. Este comportamento é explicado por Newbold (2001), que chama atenção de que volver, para o lugar de partida representa uma opção mais segura e com menores custos, dado o conhecimento prévio que se tem do local. A opção de seguir para um terceiro destino é realizada somente por aqueles menos avessos ao risco.

A Tabela 2 apresenta, na primeira coluna, o número total de emigrantes do período 1995-2000 por Unidade da Federação. Neste caso, os emigrantes são obtidos pelo número de pessoas que deixaram o estado, durante o quinquênio 1995-2000, somados a aqueles que saíram e retornaram, neste mesmo intervalo. A segunda coluna traz o número de retornados e, na terceira coluna, encontra-se a proporção destes remigrados em relação à emigração total. Esta proporção será denominada taxa de retorno, um valor alto para esta taxa indica que os estados apresentam boa capacidade de trazer de volta os seus naturais que foram residir em outro estado.

De acordo com a Tabela 2, observa-se que dois estados da região Norte apresentam as maiores taxas de retorno de migrantes. O estado do Amapá atraiu de volta 34% dos seus emigrantes, enquanto Roraima surge com esta proporção na ordem de 30%, durante o quinquênio analisado, embora esta região apresente um número pequeno de saída de pessoas – no total da emigração no país, somente

3% são originários dela. O estado de Goiás apresenta-se como o terceiro estado de maior capacidade de recuperar os seus emigrantes, com 27% das pessoas retornando.

TABELA 2 - Brasil: total de emigrantes e migrantes retornados à UF dentro do fluxo de migração de curto prazo

	Emigrante total	Retornados à UF	% de Retornados na emigração
NORTE	609.303	115.595	18,97
Rondônia	91.540	18.804	20,54
Acre	19.458	3.388	17,41
Amazonas	72.577	13.919	19,18
Roraima	20.431	6.052	29,62
Pará	281.570	47.331	16,81
Amapá	22.949	7.836	34,15
Tocantins	100.779	18.264	18,12
NORDESTE	2.168.097	348.129	16,06
Maranhão	307.908	33.439	10,86
Piauí	171.267	30.452	17,78
Ceará	240.830	54.120	22,47
Rio Grande do Norte	90.790	19.503	21,48
Paraíba	200.133	36.648	18,31
Pernambuco	333.374	53.084	15,92
Alagoas	148.414	20.466	13,79
Sergipe	70.879	13.951	19,68
Bahia	604.501	86.465	14,30
SUDESTE	2.089.678	427.754	20,47
Minas Gerais	504.598	95.940	19,01
Espírito Santo	119.352	24.184	20,26
Rio de Janeiro	352.709	78.497	22,26
São Paulo	1.113.018	229.133	20,59
SUL	759.869	130.315	17,15
Paraná	403.137	66.139	16,41
Santa Catarina	174.978	35.311	20,18
Rio Grande do Sul	181.754	28.865	15,88
CENTRO-OESTE	739.274	148.335	20,06
Mato Grosso do Sul	128.553	19.815	15,41
Mato Grosso	156.386	32.662	20,89
Goiás	232.946	63.046	27,06
Distrito Federal	221.389	32.812	14,82
BRASIL	6.366.221	1.170.128	18,38

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Nota: A migração de curto prazo se refere aos deslocamentos realizados entre 1995-2000, incluindo as pessoas que saíram de uma determinada UF e retornaram a ela durante este intervalo.

A região Nordeste (ver Tabela 2) obtém a menor proporção de retornados entre os seus emigrantes, somente 16% das pessoas que saíram, durante o quinquênio, retornaram à região. Numa análise por estados, percebe-se que os estados do Maranhão e de Alagoas foram os que apresentaram as menores capacidades de recuperar os seus emigrantes, somente 11% e 14%, respectivamente. Os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, entretanto, demonstram uma participação de retornados próxima àquelas verificadas para os estados do Sudeste, acima de 21%.

Um fato interessante nestes dados surge quando se faz uma análise mais acurada sobre o comportamento migratório de retorno ao estado de São Paulo. De acordo com a Tabela 2, São Paulo apresenta uma proporção de retornados próxima a 21%, sendo ainda, o estado a receber um maior número de retornados. Quando se observa a condição de naturalidade, tem-se que somente 60 mil indivíduos retornados a São Paulo são de fato naturais do estado. Boa parte dos remigrados a São Paulo, 93 mil indivíduos, o que corresponde a 41% destes, são na verdade nordestinos que estavam em São Paulo no ano de 1995, foram à sua região de origem e retornaram novamente ao estado. Isto pode ser um indício de que realmente exista um “movimento circular” da migração entre o Nordeste e São Paulo, da forma que foi definido por Amaral e Nogueira (1992), caracterizado por pessoas que estão frequentemente realizando movimentos de “ir” e “vir” entre estas duas regiões.

Na Tabela 3, constam informações sobre o número de imigrante dos estados do período 1995-2000, contando também com as pessoas que já remigraram para o seu lugar de moradia anterior. A segunda coluna denominada de migrantes retornados da UF contabiliza o número de pessoas que vieram a UF, durante o interregno 1995-2000, porém, realizaram o movimento de retorno em direção ao seu estado de residência. Na terceira coluna indica a proporção de migrantes retornados em relação à imigração total. Quanto maior esta taxa, menor é a capacidade de fixação do migrante por parte dos estados que o recebe.

De acordo com a Tabela 3, Roraima e Amapá se sobressaem e apresentam a menor taxa de saída de imigrantes, somente cerca de 8% e 10% das pessoas que lá residiram, resolveram voltar para o local de residência em 1995. Apesar destes dois estados não poderem ser considerados pólos de atração de pessoas, uma vez que no total de migrantes do Brasil, durante o quinquênio, somente 2,3%, seguiram para estes destinos.

A região Centro-Oeste apresentou a menor taxa de saída de imigrantes retornados, somente 14% dos imigrantes da região retornaram às suas UFs de residência anterior. O estado de Goiás surge com alta capacidade de retenção de seus imigrantes, somente 10% dos imigrantes desta região voltaram para seu local de moradia anterior. Como Goiás aparece como terceiro estado que mais recebeu imigrante, durante o intervalo, 1995-2000, pode-se dizer que ele além de atrair o migrante também possui uma alta capacidade em mantê-los.

Entre os dez principais estados com a maior participação de saída de imigrantes retornados, oito são pertencente à região Nordeste. A única exceção é o estado do Rio Grande do Norte. Os estados de Alagoas, Maranhão e Bahia são os que apresentaram maiores taxas de saída de pessoas que retornam aos seus lugares de origem, no valor de 33%, 32% e 27%, do total de migrantes, respectivamente.

Neste caso, observa-se uma singularidade, os estados de Amapá, Rondônia e Goiás são os que mais recuperaram emigrantes e os que menos perderam imigrantes, estas medidas em comparação aos fluxos recebidos e enviados. Já os estados do Maranhão, Alagoas e Bahia se configuraram como os que menos atraem pessoas de volta e os que mais expulsam em comparação aos seus fluxos de emigração e imigração.

TABELA 3 - Brasil: total de imigrantes e migrantes retornados da UF dentro do fluxo de migração de curto prazo

	Imigrante (A)	Migrantes retornados da UF (B)	% (B)/(A)
NORTE	660.811	104.418	15,80
Rondônia	98.442	15.117	15,36
Acre	17.086	3.452	20,20
Amazonas	107.196	17.569	16,39
Roraima	51.819	4.067	7,85
Pará	224.446	42.402	18,89
Amapá	49.377	4.795	9,71
Tocantins	112.445	17.015	15,13
NORDESTE	1.416.231	360.311	25,44
Maranhão	148.769	47.953	32,23
Piauí	116.742	28.003	23,99
Ceará	202.899	39.975	19,70
Rio Grande do Norte	93.821	15.905	16,95
Paraíba	137.455	35.450	25,79
Pernambuco	223.546	58.676	26,25
Alagoas	83.737	27.771	33,16
Sergipe	64.947	12.836	19,76
Bahia	344.314	93.743	27,23
SUDESTE	2.552.409	431.898	16,92
Minas Gerais	532.593	84.811	15,92
Espírito Santo	152.847	23.679	15,49
Rio de Janeiro	385.627	65.878	17,08
São Paulo	1.481.342	257.531	17,38
SUL	742.576	132.217	17,81
Paraná	369.557	72.245	19,55
Santa Catarina	233.257	33.604	14,41
Rio Grande do Sul	139.763	26.368	18,87
CENTRO-OESTE	994.193	141.283	14,21
Mato Grosso do Sul	118.849	21.140	17,79
Mato Grosso	194.003	27.705	14,28
Goiás	414.768	42.066	10,14
Distrito Federal	266.573	50.373	18,90
BRASIL	6.366.221	1.170.128	18,38

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Nota: A migração de curto prazo se refere aos deslocamentos realizados entre 1995-2000, incluindo as pessoas que saíram de uma determinada UF e retornaram a ela durante este intervalo.

3. Dados e Metodologia

Para o presente trabalho desejou-se analisar um grupo de pessoas que tivesse se deslocando entre as UFs considerando um mesmo período de saída. Para tanto, o migrante restringe-se àquele que realizou algum movimento de saída da sua origem, entre 1995-2000. A migração ocorrida dentro deste intervalo é considerada de curto prazo. Desta forma, combinando as informações sobre o tempo de moradia na UF, o local de residência anterior e a residência em 31/07/1995, foi possível definir os seguintes tipos de migrantes²:

² Esta definição encontra-se em Brito et al., 2002. Estes autores referem-se a esta definição de migrante retornado como retornados plenos, para diferenciar daqueles remigrados que estão voltando à sua UF de origem, mas não se sabe a data do movimento inicial. É o caso de quando se trabalha com retornado à UF de nascimento.

Não-migrantes - pessoas que nunca tiveram experiência de migração interestadual.

Migrante de retorno - pessoa cuja residência declarada em 1995 é igual a de 2000, entretanto, teve alguma experiência de moradia fora da UF neste intervalo. Esta é captada pela declaração da UF de residência anterior e o tempo de moradia ininterrupta no estado com menos de 5 anos.

Migrante progressivo - indivíduo que tinha menos de 5 anos ininterrupto de moradia na UF, onde está sendo recenseado, e para o qual a residência em 1995 difere da atual e da residência imediatamente anterior.

Migrante de uma única etapa - migrante com menos de 5 anos de estadia na UF atual, cuja unidade espacial de residência imediatamente anterior é a mesma declarada em 31/07/1995, ou seja, neste espaço de tempo, essa pessoa só fez o movimento de instalar-se na UF atual.

Com esta definição, tem-se um ganho por saber do grupo inicial de partida, quem de fato escolheu voltar. Portanto, dentro do interregno são avaliados aqueles indivíduos que tiveram a opção de se instalarem no destino, seguirem para um terceiro destino ou volverem para os seus lugares de origem.

A informação sobre a residência em uma data fixa disponível no Censo, a partir de 1991, permitiu avanços importantes no sentido de pontuar no tempo vários movimentos da migração, como, por exemplo, a migração em várias etapas ou, ainda, a remigração. Para o caso do remigrado, é possível identificar o período em que este realizou o primeiro movimento de saída, ou seja, permite saber quando o indivíduo saiu da região para qual ele voltaria mais tarde³.

Segundo Newbold (2001), outra vantagem de se trabalhar com a migração de curto prazo é que alguns fatores, como os níveis educacionais, o estado civil e as características no mercado de trabalho, são menos prováveis de sofrerem grandes alterações no curto espaço de tempo e, por isto, estes podem explicar melhor os movimentos de saída e de retorno dos indivíduos.

A desvantagem é dada por não se conseguir apreender de forma completa a remigração planejada, ou seja, aquela em que o indivíduo programou a sua volta após ter obtido o retorno financeiro desejado com a migração. Para este tipo, pressupõe-se a necessidade de um tempo maior de moradia no local de destino.

A metodologia aplicada neste capítulo segue próxima à de Newbold (2001). O modelo *Logit* foi utilizado por este autor para associar as características pessoais à probabilidade do indivíduo ser um migrante de retorno. A ideia é que determinados indivíduos, de acordo com os seus atributos pessoais, apresentam maior propensão de serem retornados dentro do grupo de migrantes. Portanto, as alternativas avaliadas foram:

$Y_i = 0$, se o indivíduo é não-migrante;

$Y_i = 1$, se o indivíduo é retornado à UF de residência em 1995;

$Y_i = 2$, se o indivíduo é migrante de uma única etapa;

$Y_i = 3$, se o indivíduo é migrante progressivo.

Desta forma, no modelo é avaliado o migrante de retorno; o migrante de uma única etapa e o migrante progressivo, todos comparados ao não-migrante. Neste caso, o não-migrante foi tomado como categoria de referência. Esta escolha deve-se à maior facilidade de extrair informações a respeito dos demais tipos de migrantes em relação às pessoas não-migrantes.

³ Rigotti (2000) aponta as vantagens do uso do critério de data fixa em estudos de migração.

O modelo *Logit Multinomial* é aplicado em situações nas quais os indivíduos i têm j escolhas e eles realizam as escolhas que maximizam as suas funções de utilidade. A representação da função de utilidade indireta deste indivíduo é dada por:

$$V_{ij} = \beta_j X_i + \varepsilon_{ij} \quad (1)$$

onde X é o vetor de atributos pessoais e ε_{ij} representa o termo de erro, admitindo-se que os termos de erros sejam independentes e identicamente distribuídos.

De forma que a opção escolhida é a que torna máximo o valor da utilidade:

$$V_{ij} > \max \{V_{ik}\} \quad \forall k \neq j \quad (2)$$

O modelo *Logit Multinomial* fornece, portanto, a probabilidade do indivíduo i escolher a alternativa j , sendo esta probabilidade representada por:

$$\text{Pr ob}(Y_i = j | x_i) = \frac{e^{\beta_j x_i}}{1 + \sum_{k=1}^J e^{\beta_k x_i}} \quad , \text{ se } j=0, 2, \dots, J, \beta_0 = 0. \quad (3)$$

Considerando que a categoria $j=1$ foi tomada como referência. A escolha de uma categoria evita que o modelo se torne sobreidentificado. Portanto, tornando o parâmetro $\beta_0 = 0$, os demais coeficientes $\beta_1, \beta_2, \beta_j$ irão fornecer mudanças relativas da probabilidade (em relação à categoria base), quando alguma das variáveis independentes sofrer uma variação de uma unidade e todas as demais variáveis permanecerem constantes.

Devido a esta dificuldade de interpretação dos parâmetros, pode-se ter uma noção de como as características pessoais afetam a probabilidade P de migrar para cada opção j , calculando os efeitos marginais:

$$\frac{\partial P_j}{\partial x_i} = P_{ij} [\beta_j - \sum P_{ij} \beta_j] \quad (4)$$

Para as variáveis contínuas, o efeito marginal é a variação da probabilidade de ocorrência de um acontecimento j em resposta ao aumento de uma determinada variável independente, sendo todas as demais variáveis avaliadas nos seus valores médios.

Em se tratando de variáveis binárias, como é o caso de todas as utilizadas no estudo, o efeito marginal dá a variação da probabilidade de acontecimento j quando se altera o estado da *dummy* de zero para um. Portanto, a forma correta do efeito marginal é dada por:

$$\frac{dY}{dx} = \text{Pr ob}[Y = 1 | \bar{x}, d = 1] - \text{Pr ob}[Y = 1 | \bar{x}, d = 0], \quad (5)$$

para o qual Y representa as escolhas, d descreve o estado da variável *dummy* e \bar{x}_s são os valores na média das demais variáveis ou valores especificamente atribuídos. Desta forma, capta-se o efeito de mudança de estado da *dummy* em questão. Por exemplo, se o objetivo é verificar o efeito da educação sobre a probabilidade de retornar, admitindo-se que a categoria base é o indivíduo sem instrução, mudando a base para um, ou seja, considerando o indivíduo agora com algum grau de instrução, o

efeito marginal fornecerá o acréscimo que a variável educação exerceu sobre a probabilidade de remigrar.

Outra forma de se extrair as informações é utilizando o logaritmo da razão das probabilidades:

$$\ln \left[\frac{P_{ij}}{P_{ik}} \right] = (\beta_j - \beta_k) x_i = \beta_j x_i \quad \text{se } k = 0 \quad (6)$$

Neste caso, o valor de $e^{\beta_j - \beta_k}$ representa o efeito sobre a probabilidade de se fazer a escolha j em relação à alternativa de referência k decorrente de uma mudança marginal no valor de uma determinada variável (GREENE, 2003).

Quantas as variáveis explicativas, uma das principais incluídas na estimação é o grau de escolaridade. Pretende-se, com esta, averiguar se o grau de instrução torna a pessoa menos ou mais propensa a se tornar um remigrado. A expectativa *a priori*, segundo a literatura internacional (ZHAO, 2001; NEWBOLD, 2001; DAVANZO, 1983), é de que os indivíduos com maiores níveis de escolaridade apresentem uma menor probabilidade de retornar. A suposição que se faz por trás disto é a de que estes tendem a procurar melhores informações sobre o destino, sendo capazes de avaliar com mais precisão os ganhos da migração. Com isto, as chances, de eles se decepcionarem com o local escolhido são menores. No estudo adota-se a seguinte classificação de escolaridade: primário, entre 1 e 5 anos de estudo e alfabetização de adulto; intermediário, entre 6 e 11 anos de estudo, e nível superior, entre 12 e 17 anos de estudo. Como categoria base, escolhe-se o indivíduo declarado sem nenhum grau de instrução.

A idade é outro fator considerado determinante na decisão de migrar. As pessoas mais velhas tendem a não migrar, devido ao curto horizonte de ganhos obtidos com a migração (KAUHANEN e TERVO, 2002). Porém, quando se trata da decisão de remigrar, a literatura não se apresenta de forma consensual sobre qual grupo de idade tem maior propensão a retornar. Davanzo (1983) parte da hipótese de que são os jovens⁴ os mais propensos ao retorno. A falta de experiência e a tendência a processarem as informações de forma menos eficiente os tornam com mais chances de fazerem avaliação errada sobre as condições do destino. Por outro lado, a remigração pode ser vista como o encerramento de um ciclo migratório, por isto, espera-se que as pessoas mais velhas tendam a efetuar o movimento de volta.

Assim, com o intuito de averiguar a influência da idade sobre a decisão de remigrar, os indivíduos são classificados em três grupos de acordo com as suas idades: jovens entre 18 e 30 anos; adultos, maiores do que 30 e menores do que 60 anos, e idosos, acima de 60 anos, sendo todas estas idades referentes ao ano de 1995. Neste caso, escolhe-se como categoria base do modelo a pessoa idosa.

Foram utilizadas variáveis *dummies* para indicar se as pessoas são casadas, têm filhos, têm filhos menores de 18 anos em 1995 e, ainda, se são casadas com cônjuges migrantes. A introdução destas *dummies* é uma tentativa de verificar a influência da família na decisão de remigrar.

A fim de avaliar a situação do trabalhador no período pós-retorno, são criadas várias categorias de *dummies* de acordo com a posição que este ocupa no mercado de trabalho. Estas variáveis assumem os valores iguais a um, para os seguintes casos: desocupado, sendo enquadrada, nesta situação, a pessoa que estava sem trabalho, porém, procurando emprego; trabalhador sem carteira de trabalho assinada; trabalhador por conta própria, declarado no Censo como a pessoa empregadora, o trabalhador por conta própria e o trabalhador para o próprio consumo; aposentado, o indivíduo que declarou estar aposentado pelo Instituto de Previdência Oficial. Caso se verifique uma maior propensão dos remigrados trabalharem sem carteira assinada ou desempregados no seu período pós-retorno, isto pode ser um indício de que o retorno esteja ocorrendo por força das circunstâncias ruins encontrado no destino inicial. Segundo Dustmann e Kirchkamp (2002), o fato de o indivíduo,

⁴ Na classificação utilizada pelo autor, os jovens são pessoas com menos de 20 anos.

depois do retorno, continuar como trabalhador assalariado pode ser caracterizado como uma situação de insucesso da migração inicial. Para estes autores, indivíduos bem sucedidos tendem a ser trabalhadores autônomos ou pessoas que se retiram da força de trabalho. Quanto aos aposentados, existe um consenso na literatura de que eles fazem parte de um grupo de pessoas que programaram o seu retorno.

Em se tratando de características do mercado de trabalho, escolhe-se, portanto, as seguintes categorias como base do modelo: indivíduos ocupados, trabalhadores não-autônomos, com carteira assinada e pessoas não-aposentadas.

Exclui-se, ainda, da amostra as pessoas do sexo feminino e os menores 18 anos de idade por considerar um maior risco de este grupo não representar uma migração autônoma (Santos Junior et al, 2005). O ano de 1995 é tomado como referência por ser a data na qual os indivíduos tomaram a decisão de migrar.

4. Resultados

4.1. Dados estatísticos sobre o perfil dos migrantes e não-migrante

Na Tabela 4, é apresentada uma caracterização dos indivíduos que realizaram movimentos de migração de curto prazo, para os quais se fez a seguinte distinção: não-migrante, migrante de uma única etapa, migrante de retorno à UF e migrante progressivo.

TABELA 4 – Características gerais do não-migrante, migrante de retorno, migrante e migrante progressivo

	Não-Migrante	Migrante de Retorno	Migrante	Migrante Progressivo
Idade				
De 23 a 29 anos	22,95	37,20	32,57	32,98
De 30 a 39 anos	27,93	32,55	32,66	32,73
De 40 a 49 anos	20,97	16,99	18,73	19,06
De 50 a 59 anos	13,42	7,61	9,35	9,16
De 60 a 75 anos	11,77	4,74	5,62	4,99
Escolaridade				
Menos de 1 ano	15,45	14,18	11,78	11,64
De 1 a 4 anos	37,42	37,14	33,91	31,80
De 5 a 8 anos	21,27	23,90	24,96	23,85
De 9 a 11 anos	16,89	15,14	17,76	18,43
Acima de 12 anos	8,97	9,63	11,58	14,28
Média de anos de estudo	5,50	5,46	6,15	6,49
Características familiares				
Casado	55,83	47,98	49,91	48,24
Filhos	61,18	53,90	55,46	52,01
Filhos menores de 18 anos	53,37	51,99	52,69	49,85
Esposa não-migrante	58,72	17,02	6,82	7,89
Mercado de trabalho				
Desocupado	6,58	10,11	8,39	9,23
Aposentado	16,51	6,30	8,49	7,81
Trab. Com carteira	25,04	23,58	30,26	29,87
Trab. Sem carteira	17,59	24,60	22,62	23,51
Trab. por conta própria	31,45	27,60	24,98	23,44
Setor de ocupação				
Agricultura	22,29	19,85	15,69	13,70
Indústria	18,16	21,37	22,53	21,60
Comércio e Serviços	29,33	31,18	35,27	35,53
Administração Pública	4,41	4,01	4,20	5,69

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000 para amostra de indivíduos homens maiores de 18 anos.

A análise da Tabela 4 revela o seguinte perfil para o migrante retornado: a idade varia entre 23 e 39 anos; tem entre 1 e 8 anos de estudos; apresenta uma proporção ligeiramente superior de indivíduos solteiros; tem filhos menores de 18 anos; somente 17% são casados com esposas não-migrantes; 6,30% são aposentados; 10,11% estão desocupados; somente 23,58% possuem carteira de trabalho assinada e 27,60% são trabalhadores por conta própria; seu setor de ocupação é o de comércio ou serviços com 31,18% da população, e, em seguida, o setor de indústria com 21,37% do total.

Quando se compara a média de anos de estudo chama a atenção que a escolaridade média do retornado é a menor em relação aos outros grupos avaliados.

Outro fato que deve ser ressaltado nesta caracterização é que o fluxo da migração de curto prazo ocorreu basicamente entre o Sudeste e o Nordeste, com baixa participação das outras regiões. As altas participações do Nordeste, como região de destino do migrante e do migrante progressivo, podem ter sido influenciadas pela presença dos migrantes retornados à UF de nascimento que, no modelo aqui considerado, são incluídos como migrantes de uma única etapa ou progressivos.

4.2 Resultados do Modelo Logit Multinomial

No Modelo, a variável dependente assume os seguintes valores: $y=0$ para o não-migrante, $y=1$ para o migrante retornado; $y=2$ para o migrante e $y=3$ para o migrante progressivo. O conjunto de referência do modelo é: indivíduos sem filhos, jovens, pessoas sem instrução, trabalhadores com carteira assinada e pessoas ocupadas. Restringe-se a amostra para os indivíduos homens, maiores de 18 anos, cujas residências em 1995 e anterior nas UFs estavam identificadas no Censo.

A Tabela 5 apresenta os resultados do modelo *Logit Multinomial* realizado para identificar quem se apresenta com maiores chances de ser um migrante retornado ao local de residência anterior dentro dos indivíduos que migraram no mesmo período. Esta tabela contém informações sobre os coeficientes e os efeitos marginais das variáveis (dy/dx). Os valores dos desvios padrões se encontram entre parênteses.

Os valores positivos nos efeitos marginais mostram que indivíduos denominados como jovens ou adultos apresentam maiores probabilidades de serem migrantes em qualquer categoria, seja ela de retorno, de uma única etapa ou progressiva quando comparados aos idosos. Uma explicação para isto é a de que as pessoas idosas se mostram menos predispostas a realizarem algum movimento em virtude da baixa expectativa de ganho com a migração. Ao contrário do jovem que está iniciando a sua participação no mercado de trabalho e para os quais os retornos esperados superam os custos iniciais da migração.

Em relação à escolaridade, os resultados revelam que ter algum grau de instrução diminui a probabilidade de ser migrante de retorno comparado ao indivíduo sem estudos. Neste caso, obtém-se o resultado esperado, uma vez que uma maior escolaridade pode facilitar a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e, ainda, pessoas escolarizadas tendem a procurar informações sobre o local de destino, diminuindo, portanto, as chances de desapontamento com o local escolhido (DAVANZO, 1983, NEWBOLD, 2001). Este resultado é reforçado quando a opção analisada é a migração de uma única etapa ou a migração progressiva, observa-se que os sinais nos efeitos marginais são positivos para qualquer grau de escolaridade, indicando que quanto maior o grau de instrução maior é a probabilidade de um indivíduo ser caracterizado em uma destas categorias de migrantes. E ainda pelo valor do efeito marginal se verifica que este é maior, cerca de 1,36, para o grupo de migrantes de uma única etapa do que para os migrantes progressivos, aproximadamente 0,46.

TABELA 5 - Modelo: migrante de retorno, migrante de uma única etapa e progressivo versus não-migrante

	Migrante de Retorno		Migrante de Única Etapa		Migrante Progressivo	
	Coef.	dy/dx	Coef.	dy/dx	Coef.	dy/dx
Jovem	1,157* (-0,051)	0,495	0,922* (0,018)	2,767	0,955* (0,042)	0,529
Adulto	0,457* (-0,050)	0,162	0,457* (0,017)	1,206	0,522* (0,041)	0,254
Primário	-0,078* (0,022)	-0,029	0,080* (0,009)	0,215	0,026 (0,021)	0,012
Intermediário	-0,279* (0,024)	-0,099	0,098* (0,010)	0,267	0,097* (0,022)	0,048
Superior	-0,063** (0,032)	-0,029	0,433* (0,012)	1,367	0,656* (0,025)	0,428
Casado	-0,071* (0,017)	-0,025	-0,101* (0,006)	-0,270	-0,120* (0,015)	-0,059
Filhos menores	-0,018 (0,016)	-0,007	0,028* (0,006)	0,076	-0,068* (0,014)	-0,034
Trab. sem carteira	0,333* (0,019)	0,135	0,151* (0,007)	0,416	0,193* (0,016)	0,100
Trab. por conta própria	0,011 (-0,018)	0,007	-0,222* (0,007)	-0,567	-0,273* (0,016)	-0,128
Desocupado	0,403* (0,026)	0,176	0,116* (0,010)	0,315	0,210* (0,023)	0,112
Aposentado	-0,559* (0,035)	-0,171	-0,358* (0,012)	-0,852	-0,434* (0,028)	-0,186
Constante	-6,057* (0,053)		-4,112* (0,018)		-5,771* (0,043)	

Log Likelihood=-886.354,29

Número de Observações= 4.603.570

LR chi2(33)=33.724,67

Prob> chi2=0,0000

Pseudo R2=0,0187

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000 para amostra de indivíduos homens maiores de 18 anos.

Nota: Os coeficientes estimados são obtidos considerando os não-migrantes como categoria base do modelo *Logit Multinomial*. O termo (dy/dx) representa os efeitos marginais das variáveis, os quais estão expressos em percentagem. Significância estatística: *1%, ** 5% e *** 10%.

Pelo cálculo da razão das probabilidades (migrante progressivo/migrante de retorno) observa-se que ao mudar categoria de comparação e considerar os dois tipos de migrantes com o nível superior observa-se que o indivíduo com nível superior tem o dobro de chances de se tornar um migrante progressivo do que um migrante retornado. Isto significa que pessoas com nível superior são mais propensas a escolherem um terceiro destino quando a outra opção analisada é voltar para o lugar de origem. Segundo Davanzo (1983), os menos educados se mostram mais suscetíveis a cancelarem o seu movimento inicial, voltando ao lugar de partida, quando se desapontam com o local escolhido, enquanto os mais educados procuram outros destinos.

Para as pessoas casadas, os sinais negativos dos efeitos marginais demonstram que estes têm a maior probabilidade de serem não-migrantes, comparados a qualquer uma das categorias analisadas da migração. Em se tratando de ter filhos menores de 18 anos, aumenta a probabilidade de o indivíduo migrar, embora apareça como fator diminutivo na probabilidade quando a opção é realizar um terceiro

movimento. Para a categoria de migração de retorno, esta variável não exerce nenhuma influência, pois não se apresenta estaticamente significativa.

Quanto ao mercado de trabalho, observa-se que os trabalhadores sem carteira assinada e os desocupados apresentam maior probabilidade de serem migrantes nas três categorias analisadas: migrantes de retorno, migrante de uma única etapa e migrante progressivo. Já para trabalhadores por conta própria, existe uma menor propensão de serem migrantes. Como dito anteriormente, este não é um resultado esperado, dado o pressuposto de maior mobilidade desta categoria.

O sinal negativo para aposentados mostra uma menor chance de este grupo ser caracterizado como remigrado para o local de residência anterior, assim como também existe uma menor chance de serem classificados como migrantes. Neste caso, os resultados são condizentes por se estar analisando uma migração realizada em um curto espaço de tempo, em que a pessoa saiu da sua UF e voltou em menos de cinco anos.

5. Conclusão

Numa perspectiva de curto prazo, sendo avaliados a saída e o retorno, em curto espaço de tempo, observa-se que a volta foi realizada pelos trabalhadores com menor nível de qualificação, em termos de educação, porém em idade bastante jovem, entre 23 e 39 anos.

Constata-se, ainda, que, diante do insucesso da migração inicial, a opção de voltar apresenta-se com maior probabilidade e é realizada por 18% dos migrantes, enquanto, seguir para outro destino é realizado somente por 13%. E, ainda, tanto o indivíduo migrante de uma única etapa como o migrante progressivo possuem média de anos de estudo superior ao retornado. Aliás, quanto maior o grau de instrução, maior a probabilidade de o indivíduo tornar-se migrante nestas duas últimas categorias mencionadas. Como afirma Newbold (2001), uma maior qualificação torna os indivíduos menos avessos ao risco.

Portanto, se a migração inicial for auto-selecionada, como apontam os estudos de migração, e os resultados encontrados aqui trouxeram algumas evidências sobre isto, então, o retorno reforça o caráter seletivo desta, sendo os indivíduos com menor grau de instrução os mais prováveis a retornarem. Este pode ser um indício de que as regiões de destino acabam por ficar com os “melhores dos melhores”.

Referências

- Amaral, A. E. P.; Nogueira A. M. A volta da Asa Branca e as primeiras impressões de retorno. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, VII, 1992, Brasília. *Anais...* Brasília, v.3, p. 201-212, 1992.
- Baeninger, R. A. Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XII, 2000, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2000.
- Brito, F.; Carvalho, J. A. As migrações internas no Brasil e as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. *Parcerias Estratégicas* (Brasília), v. 22, p. 441-455, 2006.
- Brito, F; Garcia, R. A.; Carvalho J. A. M. Migrações de curto prazo nas Regiões Metropolitanas: migrante de etapa única, migrante de retorno e migrante de passagem-1986/1991. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XIII, 2002, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto, 2002.
- Borjas, G.; Bratsberg, B. Who Leaves? The outmigration of the Foreign-Born. *The Review of Economics and Statistics*, v. 87, n. 1, p. 165-176, 1996.

- Chiswick, B. Are Immigrants Favorably Self-Selected? *American Economic Review*, v. 89, n. 2, p. 181-185, 1999.
- Davanzo, J. Repeat migration in the United States: Who back and who moves on? *Review of Economics and Statistics*, v. 65, n. 4, p. 552-59, 1983.
- Dustmann, C. Return migration, wage differentials, and the optimal migration duration. *European Economic Review*. v. 47, n. 2, p. 353-367, 2003.
- Dustmann, C.; Kirchkamp, O. The optimal migration duration and activity choice after re-migration. *Journal of Development Economics*, v. 67, n. 2, p. 351-372, 2002.
- Garcia, R. A.; Ribeiro, A. M. Movimentos migratórios em Minas Gerais: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno - 1970/1980, 1981/1991 e 1990/2000. In: Seminário Sobre a Economia Mineira, XI, 2004, Diamantina. *Anais...* Diamantina, 2004.
- Greene, W. H. *Econometrics analysis*. 5a ed. New York: Macmillan, 2003.
- Hirschman, A. Transmissão inter-regional e Internacional do Crescimento Econômico. In: Schwartzman, J. (Org), *Economia Regional: textos selecionados*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, p. 35-52, 1977.
- Kauhanen, M.; Tervo H. Who moves to depression regions? An analysis of migration stream in Finland in the 1991. *International Regional Science Review*, v. 25, n. 2, p. 200-218, 2002.
- Lyra, M. R. S. Sulanca x Muamba rede social que alimenta a migração de retorno. São Paulo *Em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 144-154, 2005.
- Myrdal, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2ª ed. Editora Saga. Rio de Janeiro,, 1968.
- Newbold, K. B.; Bell M. Return and Onward Migration in Canada and Australia: Evidence From Fixed Interval Data. *International Migration Review*, v. 35, n. 4, p. 1157-1187, 2001.
- Newbold, K. B. Counting Migrants and Migrations: Comparing Lifetime and Fixed-Interval Return and Onward Migration. *Economic Geography*, v. 77, n. 1, p. 23-40, 2001.
- Queiroz, S. N. *Migração para o Ceará nos anos 90*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, UFPB-CME, 2003.
- Ribeiro, J. T. L.; Carvalho, J. A. M.; Wong, L. R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 10, 1996, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, v. 2, p. 955-972, 1996.
- Rigotti, J. I. Estimativas de saldos e fluxos migratórios a partir do Censo Demográfico de 1991: uma aplicação para as mesorregiões de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000.
- Santos Júnior, E. R.; Menezes, N.; Ferreira, P. C. Migração, Seleção e Diferenças Regionais de Renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 35, n. 3, p. 299-332, 2005.
- Silveira Neto, R. M. Quão Pró-Pobre tem sido o Crescimento Econômico no Nordeste? Evidências para o Período 1991-2000. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 36, n. 4, p. 483-507, 2005.

Vanderkamp, J. Migration flows, their determinants and effects of return of return migration. *Journal of Political Economy*, v. 79, n. 5, p. 1012-1031, 1971.

Williamson, J. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional descrição dos padrões. In: Schwartzman, J. (Org), *Economia Regional: textos selecionados*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, p. 53-116, 1977.

Zhao, Y. *Causes and Consequence of Return Migration: Recent Evidence from China*. China Center for Economic Research Beijing University. November 30, 2001.